

Carlos Maurício

A INVENÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS

POLÍTICA, HISTORIOGRAFIA
E IDENTIDADE NACIONAL
NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO (1867-1960)



temas portugueses

Título: A Invenção de Oliveira Martins
Política, Historiografia e Identidade Nacional
no Portugal Contemporâneo (1867-1960)

Autor: Carlos Maurício

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: Departamento Editorial da INCM

Capa: Caricatura de Oliveira Martins
por Rafael Bordallo Pinheiro

Revisão do texto: Levi Condinho

Tiragem: 800 exemplares

Data de impressão: Maio de 2005

ISBN: 972-27-1262-4

Depósito legal: 224 254/05

*À memória de meu pai.
A minha mãe.*

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta da progressão da minha tese de doutoramento em História Social Contemporânea, defendida no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Marca igualmente o termo de um projecto de investigação desenvolvido no Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do referido Instituto.

Ainda na fase de acabamento, o júri do Prémio de História Júlio de Melo Fogaça, da Academia das Ciências de Lisboa, entendeu conceder-lhe, por unanimidade, uma menção honrosa, considerando-o merecedor de publicação.

No momento em que o lanço a público gostaria de renovar os meus cordiais agradecimentos a Miriam Halpern Pereira, que me franqueou as portas da carreira universitária e foi a orientadora da minha tese doutoral. Desejo agradecer igualmente a Ana Pina, Eduardo Lourenço, Fernando Catroga, Guilherme d'Oliveira Martins, Maria José Marinho, Mário Anunciação Fernandes, Rui Ramos, Sérgio Campos Matos, Valentim Alexandre e Yves Lequin pela oportunidade de dialogar com eles sobre múltiplos aspectos relacionados com este livro. Um reconhecimento muito especial a Inês de Ornellas e Castro e a Maria Ivone de Ornellas de Andrade pela preciosa revisão a que submeteram o texto da dissertação final.

UMA METABIOGRAFIA

Que vinho é este tão atento à embriaguez?

HERBERTO HELDER

O homem é o último reduto das concepções essencialistas do mundo. Várias décadas de construtivismo e de desconstruções de diversa natureza afirmaram a ideia de que nação, classe, etnia ou género são construções sociais-culturais, sem correspondência necessária com uma natureza última. Foucault anunciou o mesmo programa relativamente ao indivíduo na década de 60. Mas centenas de milhares de biografias depois, vemos que a crença na possibilidade de os indivíduos concretos poderem ser conhecidos na sua realidade última continua viva. O ponto de partida deste livro é duplo. Por um lado, essa realidade última jamais poderá ser conhecida, conquanto estejamos condenados a continuamente discursá-la. Por outro, essa realidade discursada, ou interpretada, é que é a *verdadeira realidade*. A realidade última é a que constantemente lhe troca as voltas, contribuindo para que esta esteja sempre a mudar ¹.

Por que representamos os outros? Porque é impossível não o fazer. «The imposition of meaning on life is the major end and primary condition of human existence», escreve Clifford Geertz ².

¹ Podemos dizer que as *verdadeiras realidades* andam à volta, abrem uma janela sobre a *realidade última* das coisas sem que jamais (nem elas nem nós) a possam dizer por inteiro.

² Clifford Geertz, «Deep play: notes on Balinese cockfight», in *The Interpretation of Cultures*, London, Fontana Press, 1993 [1973], p. 434.

Representamos os outros para dar sentido à sua existência, para conferir sentido ao mundo, para falar do que somos e do que desejamos ser. Ao manipular a sua imagem esperamos colher ganhos nos combates em que estamos envolvidos, para nós, ou para a nossa concepção de vida. Ganhos que se podem traduzir no aumento de autoridade ou de prestígio nos domínios político, religioso, científico, artístico, profissional, etc. Manipulamos a sua imagem para induzir alterações nos valores e nas práticas sociais, ou, ao invés, para ajudar a enfrentar a sua erosão. Inventar o outro é mostrar/ter poder sobre o outro, sobre os outros, sobre nós.

A *Invenção de Oliveira Martins* é a história de um encontro. Um autor — mas este raciocínio pode ser aplicado a qualquer realidade complexa —, um autor deixa à sua volta um rasto indiciário (feito de palavras e de obras, de actos e de comportamentos) que é e irá sendo apreendido e interpretado de inúmeras maneiras. Essas interpretações serão por sua vez reinterpretadas na construção de novas interpretações. Forma-se assim uma trajectória de recepção. E esta é sempre uma interacção entre diversas dinâmicas interpretativas.

O processo de interpretação exige intérpretes mas escapa, em grande medida, ao seu controlo. Por um lado, sem que se dêem muitas vezes conta disso, os intérpretes são veículos de lógicas sociais e de estratégias individuais. Por outro, exprimem-se através dos modelos discursivos e fazem-se eco das crenças e dos valores (e respectivos combates) próprios do seu tempo. Por outro ainda, não operam *ex nihilo* mas no quadro das interpretações existentes. Apesar disso, a interpretação que produzem não se esgota necessariamente na interacção das lógicas com as temporalidades e as dinâmicas interpretativas. O que há de irreduzível em cada sujeito à explicação científica — os seus gostos pessoais, a maneira de se contemplar no espelho dos outros — interage com aqueles factores e pode mesmo contrariá-los.

O processo de invenção de um autor — aquilo a que chamo uma metabiografia — é assim uma negociação entre um rasto indiciário e uma sucessão de lugares onde se cruzam lógicas sociais, estratégias individuais, o ar do tempo, a trajectória de recepção desse autor e a parte irreduzível que existe em cada sujeito. A estes lugares damos o nome de intérpretes. O processo

de invenção de um autor é marcado por uma certa imprevisibilidade: sendo condicionado pelo rasto indiciário, não é determinado por ele.

Daqui decorrem algumas implicações.

Uma vida não é a sua interpretação. Mas só se torna inteligível através da interpretação. O sentido de uma vida é um *puzzle* que constantemente se completa e se refaz. Cada jogador que pretenda completá-lo irá introduzir peças que o implicarão a ele, ao seu meio e ao seu tempo. Não há porém outro caminho. Como me está vedado o confronto entre as representações de Oliveira Martins e a realidade última dele, procedi ao confronto das diversas representações entre si e destas com a minha própria representação — informada, por sua vez, pelas outras.

A investigação e o livro foram estruturados em função das imagens existentes e não em função da minha representação de Oliveira Martins. Desse modo procurei minorar — sem o eliminar — o risco de transformar o livro num exercício de auto-confirmação da última, concebendo a alteridade como incompreensão, com o seu corolário tentador: a avaliação das imagens em termos da sua legitimidade (ou ilegitimidade). Neste domínio esforcei-me por devolver a cada representação a sua verdade (relacional) sem cair no relativismo de considerar que tudo nelas é verdadeiro.

Queria prosseguir dizendo o que este livro não é. Não é um estudo no domínio da estética da recepção literária. Embora examine a recepção da cultura portuguesa às obras martinianas, não está centrado nela nem a ela se limita. Não é também um estudo da influência exercida pelas ideias de Martins sobre os coevos e a posteridade. Não desprezando essa dimensão, está consciente de quão ilusório pode ser esse exercício onde a armadilha teleológica espreita a cada passo. Não é finalmente um estudo sobre Oliveira Martins. O meu objectivo foi compreender um pouco melhor como funciona a nossa compreensão do mundo e como a nossa compreensão do mundo o configura. Ao fazê-lo desloquei porém a problemática em que se movem habitualmente os estudos biográficos. O estudo de um autor tem passado essencialmente pela compreensão da sua obra — com maior ou menor dose de internalidade (o texto ou a vida) — realizada na perspectiva do presente do observador. Quando se estuda, porém, não um autor mas a percepção desse autor no tempo adquire-se uma compreensão acrescida. A reacção dos seus contemporâneos devolve-o à situação dialógica em que ele agiu

e pensou, revelando-se essencial à compreensão do que as suas posições significaram à época. A reacção dos contemporâneos e o juízo da posteridade permitem atentar em aspectos que a exegese posterior silenciou ou reconhecer as diferentes dinâmicas interpretativas pelas quais optamos, ou sobre as quais inovamos. Tudo isto, por fim, nos conduz a uma consciência mais aguda das nossas próprias escolhas e motivações. Não creio que no futuro a biografia vá ceder o lugar à metabiografia. Mas cada vez será mais difícil passar sem ela.

A escolha de Oliveira Martins para estudo de caso não foi um acto fortuito. Mas só com o avanço da investigação compreendi como essa opção se revelara fecunda. Martins foi talvez o pensador português do século XIX que maior influência exerceu sobre o século seguinte — como a historiografia das últimas décadas tem vindo a revelar/construir. As suas teses e a sua *praxis* contribuíram poderosamente para a definição de sucessivos projectos de regeneração social (e respectiva engenharia), para a definição dos cânones da disciplina historiográfica e para a equação histórica do passado e da identidade nacionais. A sua influência não se exerceu porém ao modo de um Herculano, um Antero ou um Eça, que foram mais vezes escutados e reverenciados do que discutidos e rejeitados. Martins jamais conheceu o consenso atingido por essas figuras, antes polarizou continuamente as opiniões. A sua influência é portanto dual: se muitas coisas, que emergiram depois, o erigiram em referência fundadora, muitas outras alimentaram-se de uma reacção contra ele.

Mais do que um estudo sobre Oliveira Martins, este livro é uma viagem pela cultura portuguesa dos últimos cento e vinte e cinco anos (como, porém, a partir de 1960 a pesquisa deixou de ter um carácter sistemático, assinalei nessa data o termo do estudo). Ao falar sobre Martins, ela está também a dar sentido e a revelar-se a si própria — conquanto nem sempre de uma forma consciente. Por isso, este livro não interessa apenas aos estudiosos de Martins, na área dos estudos históricos ou literários. Destina-se a todos os que se interessam pela evolução da engenharia social³, das doutrinas e das práticas políticas, do pensa-

³ Chamo engenharia social ao conjunto dos projectos empenhados na transformação profunda da sociedade, distinguindo-os das rotinas de gestão.

mento económico, da disciplina histórica, da invenção cultural da nação e da identidade nacional no Portugal contemporâneo. Para não dizer, a todos os que se interessam por reflectir sobre as condições de produção do seu/nosso conhecimento do mundo.

5 de Março de 2002.

I PARTE

A INVENÇÃO DO HISTORIADOR

1

UM HISTORIADOR ARTISTA, FILÓSOFO E MORALISTA

As representações com que lidam os próximos capítulos impõem uma síntese introdutória relativa ao modo como Oliveira Martins concebeu e praticou a história¹. Quando se examina a sua concepção e a sua prática de história verifica-se que elas se sustentam mutuamente, sem que possamos dizer que uma determinou a outra. Por um lado, a tendência martiniana para reconstruir mentalmente os sucessos do passado é demasiado visceral para ser o resultado de uma teorização². Por outro, uma escrita dramática da história, como a sua, seria sempre compatível com diferentes teorizações.

¹ Sobre a concepção e a prática da história em Oliveira Martins, remeto o leitor para um conjunto de estudos essenciais: Martim de Albuquerque, 1988: [19]-[80]; Pedro Calafate, 1990: 9-45; Fernando Catroga, 1996: 117-136; Carmo Salazar Ponte, 1998. O estudo de Catroga passa doravante a ser um marco na exegese martiniana.

² Em carta a Eça de Queirós, de 8 [Maio de 1894], Martins descrevia nestes termos o seu «processo psicológico» de fazer história: «Eu vejo, sinto e vivo as cenas que escrevo» (in *Correspondência*: 265). Queirós Veloso (1930) deixou-nos um testemunho afim. O escritor ter-lhe-ia confessado certa vez: «Quando quis descrever o desembarque das forças liberais, sentei-me em Arenosa de Pampelido, na praia do Mindelo, e comecei pensando nos navios que vinham da Terceira. E *vi, vi* a chegada dos navios, *vi* o desembarque das tropas, *vi* o quadro.» Também a Maria Amália Vaz de Carvalho (1986 [1894]: 251-252) Martins teria dito que saía desses exercícios cerebrais completamente extenuado e «alagado em lágrimas».

Compreendemos melhor a concepção de história de Oliveira Martins se a perspectivarmos à luz da sua teoria do conhecimento e da sua teoria da evolução. Existe, com efeito, uma grande solidariedade entre aquilo que ele chama o «método sintético ou artístico» em história, o «realismo metafísico» em filosofia e o «dinamismo» em ciências da natureza.

Tanto a teoria da evolução como a teoria do conhecimento martinianas foram construídas em diálogo crítico com dois universos intelectuais (tal como o escritor os concebeu): o idealismo transcendente ou absoluto e o naturalismo transformista/positivismo/individualismo. Contra o primeiro, Martins defendeu que a evolução não era uma mera dedução da lógica (como pretendia o hegelianismo). Contra o segundo, que ela não podia inteligir-se apenas à luz da ciência (como pretendia o positivismo), sendo necessário postular um princípio metafísico: a Força ou o Inconsciente. Este princípio era imanente e não transcendente — por isso Martins se reivindicava do «realismo metafísico». Eram as sucessivas actualizações deste princípio que iam desvendando a ordem ideal do mundo, abeirando-o progressivamente dela, e conferindo unidade, finalidade e plano à evolução. Deste modo, Martins contrapunha à concepção de evolução do naturalismo transformista — por ele simbolizada no darwinismo social — uma concepção dinâmica, que fazia da razão, e não da adaptação, o motor do progresso.

Se passarmos à teoria do conhecimento verificamos a mesma preocupação de Martins em se distanciar dos universos citados. Ao idealismo absoluto contestava a redução do conhecimento à dedução lógica. Ao transformismo positivista, a sua redução aos dados da observação empírica. Nem a evolução se limitava a ser o resultado lógico de leis — porque os acasos contrariavam os efeitos destas — nem ela podia ser compreendida sem um pensamento acerca da sua finalidade. Martins irá opor assim àqueles dois universos uma gnosiologia onde se articulam uma concepção orgânica da sociedade, o «processo artístico ou sintético» e o reconhecimento do papel do acaso.

As sociedades eram organismos, não mecanismos. Não eram apenas resultado da necessidade vital de expansão do indivíduo — reconhecida pela observação — mas também da necessidade social de solidariedade — indicada pela moral. Ora, só o método sintético ou artístico estava em condições de conjugar o reconhecimento do carácter inultrapassável da natureza das coisas com a sua ponderação à luz da razão e da moral. No espírito

ÍNDICE

Apresentação	9
Uma metabiografia	11

I PARTE

A INVENÇÃO DO HISTORIADOR

1. Um historiador artista, filósofo e moralista	19
2. Iconoclasta mas patriota	40
3. O historiador metafísico	54
4. Artista histórico: o modelo a evitar	64
5. Do pessimista ao historiador antinacional	78
5.1. O iberista. Colonialista ou anticolonialista? O detractor do liberalismo	81
5.2. A negação da nação	109
6. O historiador romântico	124
7. Um arauto da nova história	136
8. Conclusões	149

II PARTE

A INVENÇÃO DO POLÍTICO

1. O socialista entre os contemporâneos: burguês, autoritário, moralista ou orgânico?	157
2. O cesarista e a salvação da monarquia	178
3. O apóstolo do desenvolvimento económico	187
4. O amigo dos operários	197
5. Em torno da conversão final de Oliveira Martins	202

6. De mestre da contra-revolução a arauto do Estado Novo	207
7. Um socialista imperfeito	219
8. Socialista português oitocentista ou porta-voz da pequena burguesia?	231
9. O apóstata	248
10. O político falhado	265
11. Conclusões	280

Bibliografia:

I. Obras de Oliveira Martins	287
II. Textos sobre Oliveira Martins. Fontes — Estudos (1867-2001)	289
Cronologia das edições martinianas até à 1. ^a edição das <i>Obras Completas</i> da Guimarães Editores (1867-1960)	347